

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	12.504.967
Preferenciais	0
Total	12.504.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	778.022	745.509
1.01	Ativo Circulante	2.847	4.065
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214	214
1.01.03	Contas a Receber	611	1.928
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	611	1.928
1.01.04	Estoques	1.142	1.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	532	532
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	532	532
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	348	249
1.02	Ativo Não Circulante	775.175	741.444
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	692.531	655.621
1.02.01.03	Contas a Receber	407.524	393.155
1.02.01.03.01	Clientes	67.350	53.610
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	340.174	339.545
1.02.01.06	Tributos Diferidos	284.398	261.971
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	284.398	261.971
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	609	495
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	609	495
1.02.02	Investimentos	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1	1
1.02.03	Imobilizado	82.549	85.728
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	82.549	85.728
1.02.04	Intangível	94	94
1.02.04.01	Intangíveis	94	94

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	778.022	745.509
2.01	Passivo Circulante	49.405	42.046
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.691	12.278
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.691	12.278
2.01.02	Fornecedores	4.209	5.204
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.209	5.204
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.041	23.150
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.349	5.599
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.349	5.599
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.337	7.148
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12.355	10.403
2.01.06	Provisões	1.464	1.414
2.01.06.02	Outras Provisões	1.464	1.414
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.464	1.414
2.02	Passivo Não Circulante	854.338	759.173
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	583.615	529.646
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	583.615	529.646
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	583.615	529.646
2.02.02	Outras Obrigações	12.845	10.255
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.845	10.255
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	12.845	10.255
2.02.04	Provisões	190.528	165.662
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	180.637	156.608
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	151.702	124.989
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.212	21.149
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.723	10.470
2.02.04.02	Outras Provisões	9.891	9.054
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	5.855	5.655
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	4.036	3.399
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	67.350	53.610
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	67.350	53.610
2.03	Patrimônio Líquido	-125.721	-55.710
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-170.408	-100.456
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.687	3.746

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	471	2.051	2.639	5.214
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-768	-1.710	-462	-992
3.03	Resultado Bruto	-297	341	2.177	4.222
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-69.381	-48.999	14.778	6.182
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.094	-32.324	-3.356	-7.065
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-23.640	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.038	-16.038	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-609	-637	18.134	13.247
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-69.678	-48.658	16.955	10.404
3.06	Resultado Financeiro	3.281	-43.780	-3.765	-5.794
3.06.01	Receitas Financeiras	277	390	11.241	19.230
3.06.02	Despesas Financeiras	3.004	-44.170	-15.006	-25.024
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-66.397	-92.438	13.190	4.610
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.545	22.427	1.420	2.675
3.08.02	Diferido	5.545	22.427	1.420	2.675
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-60.852	-70.011	14.610	7.285
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-60.852	-70.011	14.610	7.285
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-4,86623	-5,59866	1,16834	0,58257

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-60.852	-70.011	14.610	7.285
4.03	Resultado Abrangente do Período	-60.852	-70.011	14.610	7.285

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	1.994
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.596	1.827
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.596	167
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-11.274
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	9.270
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-10
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	214	-1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214	-11

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-70.011	0	-70.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-70.011	0	-70.011
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-59	59	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-59	59	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.687	-170.408	0	-125.721

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-284.588	0	-239.842
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	3.746	-284.588	0	-239.842
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.610	0	14.610
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.610	0	14.610
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.746	-269.978	0	-225.232

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	2.259	5.739
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.234	0
7.01.02	Outras Receitas	25	5.739
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-28.953	-2.623
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.710	-992
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.274	-1.631
7.02.04	Outros	-25.969	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-26.694	3.116
7.04	Retenções	-1.386	-4.321
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.386	-4.321
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-28.080	-1.205
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-247	32.477
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-637	13.247
7.06.02	Receitas Financeiras	390	19.230
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-28.327	31.272
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-28.327	31.272
7.08.01	Pessoal	2.913	934
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.529	825
7.08.01.02	Benefícios	161	67
7.08.01.03	F.G.T.S.	223	42
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-21.437	-2.146
7.08.02.01	Federais	-21.437	-2.150
7.08.02.03	Municipais	0	4
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.208	25.199
7.08.03.01	Juros	60.208	25.024
7.08.03.02	Aluguéis	0	175
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-70.011	7.285
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-70.011	7.285

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	778.012	745.508
1.01	Ativo Circulante	2.847	4.065
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214	214
1.01.03	Contas a Receber	611	1.928
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	611	1.928
1.01.04	Estoques	1.142	1.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	532	532
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	532	532
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	348	249
1.02	Ativo Não Circulante	775.165	741.443
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	692.522	655.621
1.02.01.03	Contas a Receber	407.524	393.155
1.02.01.03.01	Clientes	67.350	53.610
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	340.174	339.545
1.02.01.06	Tributos Diferidos	284.398	261.971
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	284.398	261.971
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	600	495
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	600	495
1.02.03	Imobilizado	82.549	85.728
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	82.549	85.728
1.02.04	Intangível	94	94
1.02.04.01	Intangíveis	94	94

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	778.012	745.508
2.01	Passivo Circulante	50.191	42.760
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.165	12.623
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.165	12.623
2.01.02	Fornecedores	4.214	5.207
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.214	5.207
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.348	23.516
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.354	5.694
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.354	5.694
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.606	7.396
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12.388	10.426
2.01.06	Provisões	1.464	1.414
2.01.06.02	Outras Provisões	1.464	1.414
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.464	1.414
2.02	Passivo Não Circulante	853.542	758.458
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	583.692	529.714
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	583.692	529.714
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	583.692	529.714
2.02.02	Outras Obrigações	12.845	10.255
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.845	10.255
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	12.845	10.255
2.02.04	Provisões	189.655	164.879
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	183.800	159.224
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	152.195	125.191
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.882	23.563
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.723	10.470
2.02.04.02	Outras Provisões	5.855	5.655
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	5.855	5.655
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	67.350	53.610
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	67.350	53.610
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-125.721	-55.710
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-170.408	-100.456
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.687	3.746

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	471	2.051	2.639	5.214
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-768	-1.710	-462	-992
3.03	Resultado Bruto	-297	341	2.177	4.222
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-69.319	-48.909	-3.356	-7.065
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.641	-32.871	-3.356	-7.065
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-23.640	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.038	-16.038	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-69.616	-48.568	-1.179	-2.843
3.06	Resultado Financeiro	3.219	-43.870	14.369	7.453
3.06.01	Receitas Financeiras	277	390	24.499	32.488
3.06.02	Despesas Financeiras	2.942	-44.260	-10.130	-25.035
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-66.397	-92.438	13.190	4.610
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.545	22.427	1.420	2.675
3.08.02	Diferido	5.545	22.427	1.420	2.675
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-60.852	-70.011	14.610	7.285
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-60.852	-70.011	14.610	7.285
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-60.852	-70.011	14.610	7.285
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-4,86623	-5,59866	1,16834	0,58257

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-60.852	-70.011	14.610	7.285
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-60.852	-70.011	14.610	7.285
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-60.852	-70.011	14.610	7.285

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	13.805
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.551	13.634
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.551	171
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-8.134
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-5.681
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-10
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	214	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214	-10

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710	0	-55.710
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710	0	-55.710
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-70.011	0	-70.011	0	-70.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-70.011	0	-70.011	0	-70.011
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-59	59	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-59	59	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.687	-170.408	0	-125.721	0	-125.721

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-284.588	0	-239.842	0	-239.842
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	3.746	-284.588	0	-239.842	0	-239.842
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.610	0	14.610	0	14.610
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.610	0	14.610	0	14.610
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.746	-269.978	0	-225.232	0	-225.232

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	2.259	5.739
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.234	0
7.01.02	Outras Receitas	25	5.739
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-29.500	-2.623
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.710	-992
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.274	-1.631
7.02.04	Outros	-26.516	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-27.241	3.116
7.04	Retenções	-1.386	-4.321
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.386	-4.321
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-28.627	-1.205
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	390	32.488
7.06.02	Receitas Financeiras	390	32.488
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-28.237	31.283
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-28.237	31.283
7.08.01	Pessoal	2.913	934
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.529	825
7.08.01.02	Benefícios	161	67
7.08.01.03	F.G.T.S.	223	42
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-21.437	-2.146
7.08.02.01	Federais	-21.437	-2.150
7.08.02.03	Municipais	0	4
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.298	25.210
7.08.03.01	Juros	60.298	25.035
7.08.03.02	Aluguéis	0	175
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-70.011	7.285
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-70.011	7.285

Comentário do Desempenho

Acionistas,

Apresentamos nosso Relatório e Demonstrações Financeiras referentes ao segundo trimestre do ano de 2013, encerrado em 30 de junho de 2013.

Tanto nas contas do Ativo como no Passivo Circulante não houveram mudanças importantes, em relação ao Balanço de 31/03/13.

As variações ocorridas no circulante a Longo Prazo decorrem essencialmente das atualizações monetárias.

Conforme destacam nossos auditores, o Passivo da IGB na Recuperação Extrajudicial homologado será coberto por receitas decorrentes do contrato de arrendamento com a CBTD – Companhia Brasileira de Tecnologia Digital.

Permanecemos à inteira disposição dos acionistas para maiores esclarecimentos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Comissão de Valores Mobiliários

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

IGB ELETRÔNICA S/A
CNPJ 43.185.362/0001-07**NOTAS EXPLICATIVAS****1. Contexto operacional**

Atualmente a IGB Eletrônica S.A. ("IGB" ou "Companhia") tem como objetivo administrar seu passivo, o qual vem sendo equacionado por meio da alocação de recursos provenientes do aluguel de determinados imóveis industriais e comerciais, assim como do arrendamento, para a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital ("CBTD"), da marca "Gradiente", de máquinas, de equipamentos e de alguns imóveis específicos, com o fim de viabilizar, por meio desta nova empresa, a produção e comercialização de produtos de eletrônica de consumo. Com essas medidas, a IGB tem conseguido reduzir drasticamente seus custos fixos e, como consequência, alocar suas receitas ao pagamento de suas dívidas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e, ainda, em consonância com os requisitos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, seguindo critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes e às determinações de outras provisões similares. Os resultados reais podem, portanto, apresentar variações em relação a essas estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(b) Ativos e passivos sujeitos à indexação

Os ativos e passivos em reais e contratualmente sujeitos à indexação são atualizados aplicando-se os índices correspondentes. Os ganhos e perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Comissão de Valores Mobiliários

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

(c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, quando incidentes, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

(d) Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

(e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se há eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável.

(f) Ajuste a valor presente

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajuste a valor presente aos ativos e passivos de curtos e longos prazos em atendimento ao previsto no CPC 12.

(g) Arrendamento de Ativos

A partir de 01/07/11 passou a vigorar o Contrato de Arrendamento de Ativos / Opções que a companhia celebrou com a CBTD – Companhia Brasileira de Tecnologia Digital. Através de tal contrato, a companhia realizará entre julho de 2013 e março de 2020 um resultado de R\$ 439,6 milhões, que se destinará a quitar os passivos com Credores (nota 10) nos mesmos prazos, vencimentos e indexação. Os Passivos estão incluídos no Plano de Recuperação Extrajudicial homologado em maio de 2010 e posteriormente aditivado. O arrendamento refere-se a bens de propriedade intelectual (75% do valor) e parte do ativo imobilizado da empresa (25% do valor). A IGB arrendou cerca de 12% dos imóveis. Conseqüentemente não estão incluídos no arrendamento 88% dos imóveis (terrenos e edificações) e ferramental da IGB.

(h) Consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2013 e de 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas diretas, conforme abaixo:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS

COMPANHIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

Participação - %

	2013	2012
Pókios Armazéns Gerais Ltda.	99,99	99,99
Compañia Tilestar S.A.	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Sobre demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior Companhia Tilestar S.A., sediada no Uruguai, foram constituídas provisões para perda em todas as contas do balanço, de modo a não impactar as demonstrações Contábeis da Controladora.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

3. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber	49.251	49.958	49.251	49.958
Provisão para devedores duvidosos	<u>(49.251)</u>	<u>(49.958)</u>	<u>(49.251)</u>	<u>(49.958)</u>
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e entregue. A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota.

No exercício anterior, por conservadorismo, a companhia registrou provisão no montante de 100% dos recebíveis. No entanto a companhia busca com a assessoria de escritório de advocacia especializada, receber os valores a que julga ter direito, alguns valores já recebidos foram automaticamente ajustados às baixas das provisões e reconhecimento do recebimento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Notas Explicativas
COMPANHIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

4. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados e mercadorias para revenda	5.488	5.488	5.488	5.488
Matérias primas	27.855	27.855	27.855	27.855
(-) Provisão para perdas na realização	(32.201)	(32.201)	(32.201)	(32.201)
	1.142	1.142	1.142	1.142

A Companhia está potencialmente sujeita a risco de obsolescência dos estoques devido à descontinuidade de produtos; dessa forma, a Companhia tem constituído provisões para obsolescência dos estoques e de redução ao valor de mercado, cujo saldo em 30 de Junho de 2013 é de R\$ 32.201, avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores aos custos de reposição ou valores de realização.

5. Outras contas a receber**Tributos a Recuperar****Curto prazo**

	Controladora 2013	Consolidado 2012	2013	2012
IPI (a)	67	67	67	67
Outros	465	465	465	465
	532	532	532	532

Outras contas a receber**Longo prazo**

Provisão para realização Taxa Suframa (d)	324.893	324.893	324.893	324.893
Depósitos judiciais	5.277	4.887	5.277	4.887
Carteira de Comércio Exterior – CACEX (b)	7.119	6.880	7.119	6.880
Precatório Telefunken (c) e IPI (a)	2.885	2.885	2.885	2.885
Total	340.174	339.545	340.174	339.545

(a) Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo compõe-se de créditos gerados nas operações de compra de matérias-primas destinadas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

COMPANHIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

à reposição para garantia de produtos, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

(b) Carteira de Comércio Exterior - CACEX

Os valores registrados são oriundos, substancialmente, de repetição de indébito da taxa de expediente cobrada pela CACEX, atual DECEX. Em julho de 2007 o Superior Tribunal de Justiça – STJ deferiu integralmente o crédito da Companhia, tendo ocorrido o trânsito em julgado em 14 de agosto do mesmo ano.

A Execução da Sentença foi promovida pelo patrono da causa em novembro de 2009, na qual apresentou o montante do indébito a ser repetido e qual seria a parcela devida a título de honorários contratuais e de sucumbência.

Nessa ação, a União passou a discutir somente a possibilidade de se destacar os honorários contratuais, juntamente com os de sucumbência, não questionando o montante condenatório (base de cálculo do indébito), que por sua vez restou incontroverso, não podendo haver mais nenhuma discussão quanto a certeza e liquidez do crédito apresentado pela autora da ação.

Diante desse fato, a Companhia em fevereiro de 2012 ingressou nos autos dessa Execução pleiteando o pagamento do indébito por via de precatório. Aguarda-se manifestação da União quanto ao ingresso da Companhia no processo.

(c) Precatório da Telefunken

Em janeiro de 2011 foi expedido o Precatório da Telefunken (ação que pleiteava a repetição do indébito da contribuição para o FINSOCIAL), no valor de R\$1.779.860,66.

Ato subsequente foi expedido Auto de Penhora no rosto dos autos do precatório. Dessa forma, o precatório está bloqueado aguardando a liberação das penhoras sofridas nos autos das Execuções Fiscais nos. 2008.32.00.005640-2 e 2008.32.00.002185-0.

(d) Taxa da Suframa

Durante o ano de 2011, mais especificamente em 30.6.2011, foi proferida decisão pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") negando provimento, por unanimidade de votos, ao Recurso Extraordinário n. 556854 interposto pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, relativamente a Ação Ordinária de Repetição de Indébito n. 2001.32.00.000903-7 interposta pela IGB objetivando fosse reconhecido o direito à repetição dos valores indevidamente por ela recolhidos a título de taxa (Taxa SUFRAMA) no período de 5.6.1991 a 14.12.1999.

Em 11.11.2011, verificou-se o trânsito em julgado no STF da mencionada decisão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS

VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

O processo foi então remetido ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento do prazo decadencial, após o transito em julgado da sentença em 27/09/2012 que favoreceu a IGB ingressamos com a fase de execução da sentença em 30/11/2012, distribuída para a 1ª Vara da Justiça Federal de Manaus sob o nº 0018282-07.2012.4.01.3200. A Procuradoria da Suframa opôs os componentes Embargos à Execução, sendo que o Juízo determinou a respectiva manifestação da empresa através de decisão publicada em 05/06/2013. O prazo para manifestação são de 10 (dez) dias, expirando em 17/06/2013. Em 14/06/2013 a empresa protocolizou sua impugnação aos embargos à execução apresentado pela Procuradoria da Suframa, defendendo que o valor devido é aquele informado na ação de execução. Atualmente os autos aguardam juntada da petição da empresa.

6. Outros valores a receber

Outras contas a receber - CP

	Controladora		Consolidado	
	2.013	2.012	2.013	2.012
Curto prazo				
Aluguéis a receber	199	1.116	199	1.116
Adiantamentos de folha de pagamento	2	7	2	9
Outros (b)	410	805	410	805
	611	1.928	611	1.928

Outros ativos circulantes

Adiantamentos a fornecedores (a)	348	247	348	247
Adiantamentos de folha de pagamento	0	2	0	2
	348	249	348	249

(a) **Adiantamento a fornecedores**

Em 2011 refere-se a pagamento de comissão feito a maior do que o devido em contrato com empresa especializada em recuperação de créditos. Esses créditos serão compensados com créditos futuros dessa empresa por força de contrato. Posterior a isto os saldos existentes são antecipações de serviços a serem executados.

(b) **Outros**

Créditos a receber de Oliva Pinto Logística Ltda. referente a contrato firmado de cessão onerosa de direitos e benfeitorias.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

COMPANHIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

Notas Explicativas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

7. Partes Relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de Junho de 2013 e de 31 de Dezembro de 2012, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquela data, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a sociedade e suas controladas e seus controladores.

Partes relacionadas – Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Longo prazo				
Cia. Tilestar – Mútuo (a)	0,00	111.752	0	111.752
Provisão perdas – Mútuo	0,00	(111.752)	0	(111.752)
Investimentos – Participações(a)	0,00	188.883	0	188.883
Provisão perdas Investimento	0,00	(188.882)	0	(188.882)
Mits Empreendimentos(b)	186	166	186	166
Skurge Participações (c)	412	320	412	320
Demais – Mútuo	11	8	2	8
	609	495	600	495

Partes relacionadas – Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Longo prazo				
Eurobonds (a)	0,00	292.254	0	292.254
Prov.retificadora eurobonds	0,00	(292.253)	0	(292.253)
NPG Adm e Participações (d)	11.162	10.254	11.162	10.254
HAG (e)	1.503	0	1.503	0
CBTD (f)	180	0	180	0
	12.845	10.255	12.845	10.255

(a) Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nos respectivos patrimônios líquidos apurados na mesma data. A Companhia Tilestar S.A é uma empresa controlada pela IGB e pela qual está sem operação desde 2.008 e assim foi constituída a provisão para perda de mútuo e a provisão retificadora sobre ágio participações e para o eurobonds.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

NOTAS COMPLEMENTARES VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

As importâncias mutuadas são decorrentes de:

- (b) Destinado ao pagamento das sublocações da mutuante em imóveis locados pela mutuaria, conforme contratos de sublocação.
- (c) Fim específico de liquidar débitos sub-rogados
- (d) Fim específico para suprir o caixa pela controladora
- (e) Fim específico de suprir o fluxo de caixa da mutuaria
- (f) Nota de débito referente despesas

E, estão sujeitas aos juros previstos no art. 406 do Código Civil, respeitando a taxa SELIC a época do vencimento consoante art. 161, parágrafo 1º do CTN, e à correção monetária que, à época do pagamento, for determinada pelo índice oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, comprometendo-se a saldar sua obrigação principal, juros e correção monetária na data de 30 de junho de 2014.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconheceu créditos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Os créditos estão consubstanciados na expectativa de lucros tributáveis futuros, baseados no plano de recuperação extrajudicial com credores, parcelamento de impostos e arrendamento da marca Gradiente à CBTD, conforme apresentado em detalhes nas notas explicativas N° 2g, N°10 e N°16.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

	PREJUÍZO FISCAL	BASE NEGATIVA	
	745.632	772.403	
Utilizado no REFIS	-	-	
	698.082	772.403	
PF 2010	19.444	19.444	
PF 2011	18.857	18.857	
PF 2012	14.447	14.447	
PF 2013	65.961	65.961	
ESTOQUE	816.791	891.111	
IRPJ e CSLL Diferidos	204.198	80.200	
Contabilização			Totais
No Patrimônio Líquido			
até 2012	187.708	74.264	261.970
No Resultado do Exercício			
2013	16.490	5.936	22.427
IRPJ e CSLL Diferidos	204.198	80.200	284.398

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Notas Explicativas
 CONTABILIZAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 DATA-BASE - 30/06/2013

 IGB ELETRÔNICA S/A

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social é conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
Até 01 ano		
de 01 a 02 anos	22.754	22.754
de 02 a 03 anos	48.348	48.348
de 03 a 05 anos	51.191	51.191
de 05 a 07 anos	62.565	62.565
de 07 a 10 anos	99.540	99.540
IRPJ e CSLL Diferidos	284.398	284.398

9 Imobilizado

Custo Atribuído

A Sociedade efetuou uma análise de todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído (deemed cost). Os valores justos utilizados nesta adoção foram ajustados nos saldos de abertura com efeito registrado a partir de 1º de janeiro de 2010.

A seguir apresentamos a movimentação consolidada do ativo imobilizado:

		2.013			2.012		
	Taxa depr. Anual - %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	0	25.608		25.608	25.608		25.608
Edifícios	4	60.192	(17.004)	43.188	60.192	(15.800)	44.392
Máquinas e equipamentos	4	32.554	(23.785)	8.769	32.554	(23.134)	9.420
Móveis e utensílios	10	5.374	(5.372)	2	5.374	(5.372)	2
Equipamentos de informática	20	36.746	(36.746)	0	36.746	(36.746)	0
Aparelhos e instrumentos	10	12.403	(12.403)	0	12.403	(11.834)	569
Ferramental	10	15.698	(15.698)	0	15.698	(15.698)	0
Instalações	10	15.097	(10.115)	4.982	15.097	(9.360)	5.737
		203.672	(121.123)	82.549	203.672	(117.944)	85.728
Intangível	0	94	0	94	94	0	94
		94	0	94	94	0	94

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS

VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

203.766	(121.123)	82.643	203.766	(117.944)	85.822
---------	-----------	--------	---------	-----------	--------

O Contrato de Arrendamento de bens celebrado com a CBTD abrange 12% de terrenos, edifícios e instalações; a totalidade das contas de máquinas e equipamentos; móveis e utensílios; equipamentos de informática; aparelhos de instrumentos. Não abrange a conta ferramental.

10. Credores

		Controladora		Consolidado	
		30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Curto prazo					
Fornecedores					
Nacionais	(a)	4.004	3.652	4.009	3.655
Outras obrigações a pagar	(b)	205	1.552	205	1.552
		4.209	5.204	4.214	5.207
Longo prazo					
Fornecedores					
Nacionais	(d)	52.406	195.175	52.406	195.175
Fornecedores Internacionais	(d)	179.978	14.455	179.978	14.455
Empréstimos e financiamentos	(d)	252.772	223.571	252.772	223.571
Processos RF e PGFN	(c)	95.461	93.621	95.538	93.689
Previdenciário	(c)	2.998	2.824	2.998	2.824
		583.615	529.646	583.692	529.714

(a) nacionais a pagar no curto prazo Credores

(b) outras obrigações a pagar está composto por valores recebidos antecipadamente de locatários

(c) A Sociedade optou por aderir ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, Intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste. A adesão foi efetuada tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos, no dia 13 de agosto de 2010. A adesão abrangeu as contribuições previdenciárias, débitos juntos a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

O parcelamento foi realizado em 180 meses, com redução de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais.

Em junho de 2011 a Receita Federal do Brasil efetuou a consolidação parcial dos débitos apontados pela companhia, a parcela não consolidada é objeto de pedido administrativo. Atualmente a companhia cumpre com o pagamento das parcelas do REFIS já consolidada e aguarda a consolidação da parcela restante.

(d) Credores - LP – Incluem os créditos do Plano de Recuperação Extrajudicial

No dia 24 de setembro de 2009, foi firmado o Plano de Recuperação Extrajudicial da IGB com seus credores (bancos e fornecedores), representando mais de 67% de sua dívida total. Nesse acordo ficou estabelecido o plano de alongamento da dívida da IGB estabelecimento de novos prazos e condições para pagamento do saldo devedor.

O "Plano de Recuperação Extrajudicial" da "Gradiente" doravante denominado simplesmente "Plano" foi protocolado em Juízo no dia 09 de Dezembro de 2.009 e homologado na Justiça em 24 de maio de 2010.

Em 23 de março de 2011, foi firmado com os credores um aditamento ao 'Plano', que contou com a adesão de credores que representam mais de 67% dos créditos, que atualiza os prazos e condições de pagamento.

O aditamento foi juntado aos autos do processo de Recuperação Extra Judicial nº 100.09.346208-4 na 2ª. Vara de Falência e Recuperação Extra Judicial de São Paulo, passando a integrar o 'Plano' e com isto levado ao conhecimento de todos os credores sujeitos ao efeito do 'Plano'.

O aditamento contém disposições gerais que definem eventual alteração no prazo de pagamento (antecipação ou postergação) condicionados ao EBTDA e caixa mínimo da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital – CBTD que pagará diretamente os credores por conta e ordem da IGB Eletrônica S/A.

Este aditamento determina, ainda, que o saldo devedor será pago aos credores abrangidos pelo 'Plano':

“ 2.1.1. Para credores com valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais):

a) Prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data em que ocorrer a capitalização da companhia, prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.2011. Os valores dos créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, serem utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

encontrado incorporado ao saldo devedor que será pago na forma disposta no item "b" deste subitem;

b) Findo o prazo de carência o saldo devedor será dividido em 28 (vinte e oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, a serem pagas no prazo de 07 (sete) anos. Cada parcela será acrescida de sua correspondente atualização monetária calculada pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial -TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano.

2.1.2. Para credores com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

a) Os credores de valores até R\$ 1.000,00 (mil reais) deverão ser pagos, em parcela única, até 1º de Julho de 2.010. Esta etapa já foi realizada.

b) Os credores de valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deverão ser pagos em parcela única até 30 de junho de 2.014; e

c) Os credores de valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) deverão ser pagos em 3 (três) parcelas iguais até 30 de junho de 2.013, 30 de junho de 2.015 e 30 de junho de 2.016

d) Esses créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a partir da data em que ocorrer a capitalização da companhia, prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.11 pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano, durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor. Cada parcela será paga acrescida de sua correspondente atualização monetária, calculada na forma supra mencionada ou, na hipótese de haver a impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial -TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano."

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Curto prazo				
Salários	49	0	49	0
Encargos Sociais	16.705	11.929	17.179	12.274
Provisões	2.937	349	2.937	349
	19.691	12.278	20.165	12.623

Encargos Sociais são verbas de INSS, FGTS, Contribuição Sindical e SESI-Senai a recolher

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS

VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

12. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2.013	2.012	2.013	2.012
Curto prazo				
PIS e COFINS	1.217	1.058	1.217	1.058
IPI	496	474	496	474
Impostos retidos	1.162	4.067	1.162	4.162
Parcelamento	1.474	0	1.479	0
Federais	4.349	5.599	4.354	5.694
ICMS	7.337	7.148	7.606	7.396
Estaduais	7.337	7.148	7.606	7.396
ISS	239	297	272	320
Alvará de funcionamento	2.621	2.207	2.621	2.207
IPTU	9.487	7.895	9.487	7.895
Parcelamento	4	0	4	0
Outros	4	4	4	4
Municipais	12.355	10.403	12.388	10.426
Total Geral	24.041	23.150	24.348	23.516

13. Provisão para Garantia de Produtos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Curto prazo				
Provisão para Garantia	1.464	1.414	1.464	1.414
Longo prazo				
Provisão para Garantia	5.855	5.655	5.855	5.655

Provisão constituída por valores indenizatórios referente a processos de consumidor via PROCON e JEC com o percentual avaliado como procedente, estimado como o maior valor que a Cia. poderá vir a desembolsar.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

COMPANHIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

Notas Explicativas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

14. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuem processos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos externos da Companhia. Dessa forma, constituiu provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis.

	2013			Controladora		
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Fiscais		(151.702)	(151.702)		(124.989)	(124.989)
Trabalhistas	5.277	(18.212)	(12.935)	4.887	(21.149)	(16.262)
Cíveis		(10.723)	(10.723)		(10.470)	(10.470)
	5.277	(180.637)	(175.360)	4.887	(156.608)	(151.721)

	2013			Consolidado		
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Fiscais		(152.195)	(152.195)		(125.191)	(125.191)
Trabalhistas	5.277	(20.882)	(15.605)	4.887	(23.563)	(18.676)
Cíveis		(10.723)	(10.723)		(10.470)	(10.470)
	5.277	(183.800)	(178.523)	4.887	(159.224)	(154.337)

Os processos tributários têm como principal ação, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido, referente à compensação a maior de base de cálculo negativa de 31 de outubro de 1994, exclusão indevida de resultados declarados em 31 de dezembro de 1995 e de 1996 de bases de cálculos negativas referente a prejuízos anteriores a 1992.

Os processos trabalhistas correspondem a processos trabalhistas principalmente relacionados a reclamações de horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias e reconhecimento de vínculo empregatício.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

15. Arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Realizável – LP				
Títulos a Receber	67.350	53.610	67.350	53.610
Exigível – LP				
Receitas Diferidas	67.350	53.610	67.350	53.610

Como previamente informado, a reinserção da marca "Gradiente" no mercado brasileiro de eletrônica de consumo ("Projeto") dar-se-á por meio da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital ("CBTD"), arrendatária da marca "Gradiente" e de outros ativos da IGB (máquinas, equipamentos e determinados imóveis), que explorará as atividades decorrentes das novas oportunidades de negócio naquele setor. Os recursos provenientes deste arrendamento quitarão diretamente o valor de R\$ 439,6 milhões contabilizado na conta credores no passivo (exigível de curto e longo prazo) da Companhia. Vide nota 2 letra g.

16. Capital Social

Em 31 de março de 2012, o capital social autorizado pelo Conselho de Administração era de R\$ 41.000, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 12.504.967 (doze milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações, sendo composto por ações escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

Classe	2.013 Quantidade	2.012 Quantidade
Ordinárias	12.504.967	12.504.967
	<u>12.504.967</u>	<u>12.504.967</u>

Todas as ações participam em igualdade de condições em todos os benefícios, incluindo dividendos e eventuais remunerações de capital, que porventura venham a ser deliberados pela Companhia

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS

VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

17. Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.687	3.746	3.687	3.746

Valor contrapartida dos ajustes iniciais referente a implantação do IFRS.

18. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Gastos com Pessoal	1.065	934	1.065	934
Prov. p/ Créditos de Liq. Duvidosa	0	0	0	0
Prest. Serviços (Advocacia, Consultores, outros)	1.275	871	1.275	871
Depreciação	1.386	4.321	1.386	4.321
Gastos Gerais	93	939	93	939
Demais provisões (a)	28.505	0	29.052	0
	32.324	7.065	32.871	7.065

São gastos gerais operacionais do exercício.

(a) Demais provisões são compostas por: Garantia de produto (nota explicativa nº 13), contingências trabalhistas, fiscais e cíveis (nota explicativa nº 15)

19. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2.013	2.012	2.013	2.012
Receitas				
Variações cambiais e monetárias	0	18.522	0	31.780
Juros ativos	390	701	390	701
Outros	0	7	0	7
	390	19.230	390	32.488

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Notas Explicativas
 CONTABILIZAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

Despesas

Variações cambiais e monetárias	0	10.511	0	10.511
Juros e encargos sobre empréstimos	0	13.892	0	13.903
Juros com impostos	120	616	182	616
Juros passivos	44.050	0	44.078	0
Resultado de equivalência patrimonial		0		
Despesas bancárias com cobrança e diversas	0	5	0	5
	44.170	25.024	44.260	25.035

20. Outras despesas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2.013	2.012	2.013	2.012
Despesas				
Variações cambiais e monetárias	16.038	0	16.038	0
Outras despesas	0	0	0	0
	16.038	0	16.038	0

21. Fatores de risco de mercado

As atividades da Companhia e de suas controladas compreendem receitas provenientes de Royalties – arrendamento de marca e equipamentos e locação e administração de imóveis industriais e comerciais. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio podem ser assim descritos:

(a) Contrato de Arrendamento:

Não pagamento do Contrato de Arrendamento por parte da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A "CBTD"

O Contrato de Arrendamento celebrado entre a IGB Eletrônica S.A e a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A foi aprovado através de assembléia de acionistas da companhia. Os prazos de pagamento do Contrato de Arrendamento estão casados com os prazos de pagamento dos credores da IGB conforme Aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial.

(b) Contratos de Locação:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

COMPANHIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

Notas Explicativas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/06/2013

IGB ELETRÔNICA S/A

Atraso, rescisão ou inadimplência nos Contratos de Locação pelas locatárias dos imóveis.

22. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros parcial para os bens do ativo imobilizado são realizadas pelos locatários dos imóveis a favor da companhia. As coberturas de seguros existentes são consideradas pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

23. Auditoria externa

Nos termos da Instrução CVM No. 381/2003 informamos que a IGB Eletrônica S.A. contratou o Sr. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior – Auditor Independente para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, cabe mencionar que o Sr. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior – Auditor Independente não prestou outros serviços diretamente vinculados à auditoria das demonstrações contábeis. A nossa prática na contratação de serviços de auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ilmos. Srs.

Administradores e Acionistas da

IGB ELETRÔNICA S.A.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da IGB ELETRÔNICA S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de Junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de Junho de 2013, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfases

As demonstrações contábeis da IGB Eletrônica S.A. (Controladora) e demonstrações contábeis dessa Companhia e de suas controladas foram preparadas no pressuposto de continuidade dos negócios das Companhias. Atualmente, em andamento o Projeto de Reestruturação da Gradiente, atual IGB Eletrônica, e a celebração do Contrato de Arrendamento com a investida CBTD, a IGB passa a atuar essencialmente como administradora de bens. Com as receitas futuras oriundas do arrendamento de bens do imobilizado, da marca Gradiente e outras receitas extraordinárias apresentadas na Nota Explicativa nº 02, item g, haverá ao longo dos próximos nove anos, a amortização de R\$ 433 milhões do Passivo da IGB Eletrônica S.A., A continuidade da companhia está na dependência da realização destas receitas e do resultado financeiro da investida CBTD.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 08, a Companhia reconheceu créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social no valor de R\$ 284.398mil, sendo tais créditos consubstanciados na expectativa de lucros tributáveis futuros, conforme fundamentado por Estudo de Viabilidade efetuado por empresa independente contratada pela companhia e previsto na Instrução CVM No.371/02. A realização do crédito tributário registrado está na dependência do sucesso do plano apresentado neste estudo e ainda sujeita a possíveis questionamentos quanto ao montante pela Secretaria da Receita Federal.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 05, a Companhia, baseada nas informações de seus assessores jurídicos, reconheceu o ganho do valor de R\$324.893mil, que deixou de ter tratamento de ativo contingente para ganho praticamente certo conforme previsto na Deliberação CVM No.594/09 e CPC 25.

São Paulo, 29 de Novembro de 2013.

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior

Contador

CRC RS- 058252/O-1 "S" AM